

HISTÓRIA E MEMÓRIA: uma questão de identidade no centro histórico de Cuiabá - Mato Grosso, Brasil

HISTORIA Y MEMORIA: una cuestión de identidad en el centro histórico de cuiabá – mato grosso, brasil

HISTORY AND MEMORY: a question of identity in the historic center of cuiabá – mato grosso, brazil

DALTRO, GLENDA DINIZ

Mestra em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: glendadaltro@gmail.com

RESUMO

Este artigo parte de uma pesquisa bibliográfica de natureza teórico-conceitual que delinea as noções de História, Patrimônio, Memória e Identidade. Seu principal intuito é enfatizar como esses processos se interligam entre si, e como eles afetam, direta e indiretamente, o indivíduo, como ser/sujeito. Para além da conceituação dos termos, o estudo elegeu como seu objeto empírico o Centro Histórico do município de Cuiabá, cuja análise permitiu compreender-se como essa área de grande valor cultural se relaciona com sua população.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; história; memória; patrimônio; Cuiabá.

RESUMEN

Este artículo se basa en una investigación bibliográfica de naturaleza teórico-conceptual, que recopila las nociones de Historia, Patrimonio, Memoria e Identidad. Su objetivo principal es enfatizar cómo estos procesos se interconectan entre sí y cómo afectan, directa e indirectamente, al individuo como ser/sujeto. Más allá de las conceptualizaciones de estos términos, el estudio seleccionó como su objeto empírico el Centro Histórico del municipio de Cuiabá. El análisis permitió comprender como esta zona de gran valor cultural relacionase con su población.

PALABRAS-CLAVES: identidad; historia; memoria; patrimonio; Cuiabá.

ABSTRACT

This article is based on bibliographic research of a theoretical-conceptual nature, that delineates the notions of History, Heritage, Memory, and Identity. The primary goal is to emphasize how these processes are interconnected, and how they affect, directly and indirectly, the individual as being/subject. Moving beyond the conceptualization of terms, the study selected the Historic Center of the municipality as its empirical object. The analysis reveals the relationship between this area of great cultural value and its population.

KEYWORDS: identity; history; memory; heritage; Cuiabá.

Recebido em: 23/07/2025

Aceito em: 04/01/2026

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos é notória a existência de muitas políticas e normativas que foram feitas para a preservação e conservação das questões relativas ao patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. Sabe-se que os atos de preservação e conservação buscam a salvaguarda de um edifício, um conjunto de edificações, de uma obra de arte, de um núcleo urbano, etc. Eles possuem um grande valor histórico e cultural para uma determinada região e sua população, o que carrega consigo também a preservação de sua memória, tanto para as presentes como para as futuras gerações.

São vários os indicativos a partir dos quais pode-se observar essa evolução ao longo dos anos, tanto nas normativas como nas conceituações dos termos. Um exemplo é o art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que ampliou o seu conceito de patrimônio cultural, definindo-o como sendo todos os bens de natureza material e imaterial, individual ou conjunto de portadores de referência à identidade, ação e memória de grupos formadores da sociedade brasileira, na qual estão incluídas: as formas de expressão; modo de criar, fazer e viver; criação científica, artística e tecnológica; obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Pode-se dizer, portanto, que o patrimônio cultural é tudo aquilo que representa a cultura própria de um determinado conjunto social, sendo assim ela representa a sua identidade, o que a faz se diferenciar dos demais conjuntos sociais.

Entretanto, nos dias de hoje, é possível observar que a expressão que o ato em si representa para parte de uma grande maioria da população, ainda está distante de transpassar o seu real objetivo, pois muitas são as pessoas que ainda enxergam o ato de preservação e conservação como uma forma de retrocesso, congelamento e empecilho. É mais nítido observar esses casos em áreas com as quais a população não desenvolveu vínculos de afeto e de identidade. Muito disso se deve a um período em que os instrumentos normativos referentes à preservação e conservação eram vistos exclusivamente como tombamento ou, além disso, eram relacionados a uma política conservadora e elitista.

Por isso, o presente artigo não pretende entrar em detalhes quanto às questões de como ocorre a preservação e conservação de determinadas áreas ou edificações ou seus usos; pretende-se, sim, fazer uma revisão teórica de bibliografia referente às questões de história e memória ao longo dos anos, a fim de respaldar as questões de identidade e identificar como os processos de história e memória estão interligados a essa identidade.

Para melhor compreensão do assunto, ao longo do texto é apresentada a pesquisa teórica, com destaque para conceituações de alguns autores a respeito de História, Patrimônio, Memória e Identidade, estratégia que tem o objetivo de esclarecer o leitor sobre como a proteção e a conservação de áreas de grandes expressões culturais se relacionam com a história, a memória e a identidade da população. Complementando e ilustrando esse estudo, toma-se o Centro Histórico da cidade de Cuiabá-MT, sendo realizados apontamentos referentes à relação entre esses processos e enfatizando o papel da população naquele contexto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embasando o artigo, esse item apresenta as noções de História, Patrimônio, Memória e Identidade trabalhadas no texto.

Uma noção de História

Vários são os setores da história, para Le Goff (1990) como uma ciência ela se define a partir da relação de uma realidade que não é nem construída nem observada, mas sim indagada e testemunhada. A história assim surge a partir de relatos, diante do ver e sentir. É por isso que os aspectos de história-relato e história-testemunho estão presentes no desenvolvimento da ciência histórica. Para a história a distinção entre passado e presente, passa a ser um elemento essencial para a concepção do tempo, diante disso, surge também a concepção de que na ausência de um passado conhecido e reconhecido pode-se refletir posteriormente em grandes problemas quando nas questões da mentalidade e de identidade coletiva.

Quanto à percepção e divisão de tempo, levando em consideração à oposição entre presente e passado, deve-se acrescentar uma terceira dimensão, que é a de futuro. Sobre esse sistema das três visões temporais, Santo Agostinho (apud Le Goff, 1990) diz que só vivemos no presente, entretanto, esse presente possui várias dimensões. Tem-se o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras. Diante disso, constata-se que a história como uma ciência histórica, ao longo dos anos com o desenvolvimento da historiografia, é colocada numa própria perspectiva histórica, sendo assim ela passa a ser também considerada uma prática social que vem se tornando, há muito tempo, um elemento essencial tanto das necessidades quanto das questões de identidade individual e coletiva.

Para Certeau (1982), o termo história refere-se à ciência e ao seu objeto, que diz respeito à realidade daquilo que se passou ou se passa. Diante disso, o autor considera que existe uma historicidade da história que implica no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social, onde a história oscila entre dois polos. Um que remete a uma prática (uma realidade) e outro, a um discurso fechado, sendo um texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade. O autor ainda classifica a história como sendo o nosso mito, que surge através da combinação do pensável e da origem, de acordo com o modo pelo qual uma sociedade se compreende.

Uma noção de Patrimônio

A palavra patrimônio possui uma multiplicidade de sentidos atribuídas para si. Segundo Ferreira (2006) para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado de patrimônio é o de permanência do passado, diante da necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades e do desaparecimento. De acordo com a autora, o patrimônio na condição de categoria de pensamento, pode ser compreendido como o esforço constante de resguardar o passado no futuro. E para que ele exista é preciso que seja reconhecido e a si lhe conferido um valor, o que é dado pelas relações sociais e simbólicas que são instituídas a partir do objeto ou do evento em si. O patrimônio como sendo portador de tempo e de vivências, em sua construção cultural, acaba por ser um jogo de escolhas e espaço de conflitos, diante ao fato de possuir um caráter eletivo daquilo que se pretende representar para um determinado grupo, sociedade.

Quando dito em respeito ao patrimônio, Choay (2001) diz que o termo patrimônio tende a substituir e eliminar o uso das formas lexicais “monumento” e “monumento histórico”. Os termos diferem e possuem sentidos opostos. O monumento se refere a um artefato ou conjunto de artefatos concebido e realizado por uma comunidade humana, com o intuito de lembrar, para a memória viva e afetiva de seus membros, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivas de sua identidade. Sendo assim, o monumento tem como característica uma função identificatória, que tem por vocação ancorar sociedades humanas em um espaço natural e cultural, e na dupla temporalidade dos humanos e da natureza, tratando-se de um artefato memorial intencional. No que diz respeito aos monumentos históricos, ele ao contrário do monumento, não é considerado um artefato intencional, pois não se volta para a memória viva, seu surgimento é dado a partir da escolha de um conjunto de edifícios preexistentes a partir de seu valor para a história, como também pelo seu valor estético.

Dentre as múltiplas vertentes e conceituações do patrimônio, referente à dimensão social, tem-se a conceituação de patrimônio cultural e patrimônio histórico. O art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 define o patrimônio cultural como sendo todos os bens de natureza material e imaterial, individual ou conjunto, de portadores de referência à identidade, ação e memória de grupos formadores da sociedade brasileira, na qual estão incluídas: as formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criação científica, artística e tecnológica; obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Diante do exposto, pode-se dizer que o patrimônio cultural é tudo aquilo que representa a cultura própria de um determinado conjunto social, sendo assim, ele representa a sua identidade, o que a faz se diferenciar dos demais conjuntos sociais.

Por sua vez, como diz Choay (1999), o patrimônio histórico é uma expressão que designa determinada comunidade ou grupo social, sendo constituído pela acumulação contínua de diversidades de objetos que reúnem pertences comuns ao passado: obras, obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos dos saberes e conhecimentos humanos. Sendo assim, pode-se dizer que o

patrimônio histórico está atrelado diretamente ao patrimônio cultural, por ambos possuírem uma relação que envolve o sujeito e o lugar, que correlacionam no processo de memória tanto coletiva quanto individual, por isso, abordar-se-á a seguir sobre a questão da noção de memória.

Uma noção de Memória

Dentre as várias conceituações de memória, Santos (2013) afirma que ela é um processo de revelação e desvelamento, em que seus conteúdos passam por simbolização (individuais e coletivas), pelo imaginário, pela cultura e seus traços, pela sensibilidade e seus rastros. Além de ser um processo de representação, a memória é também uma narrativa, que pode ser vista como reconhecimento de uma imagem do passado, onde se diferencia da história, pelo fato de se ocupar pelos processos de rememoração e lembranças que (re) integram subjetivamente ao passado, que não se volta de forma objetiva, mas que se representa nas imagens da memória quase que sem rupturas.

Para Nora (1993), memória é a vida que, carregada por grupos vivos, está permanentemente em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações e vulnerável a todos os usos e manipulações. Trata-se de um fenômeno sempre atual, que possui um elo vivido no presente, que instala a lembrança no sagrado e se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto.

Como fenômenos de projeção e transferências, que podem acontecer a partir de uma memória individual ou coletiva, Pollak (1992) descreve várias caracterizações da memória, dentre as quais tem-se a memória seletiva (onde nem tudo fica gravado, registrado) que é em parte herdada e sofre flutuações diante da função do momento em que é articulada. Quanto às preocupações do momento, diz-se que constituem um elemento de estruturação da memória, o que também é equivalente para as relações de memórias coletivas. O autor também comenta que, como um fenômeno construído, a memória possui modos de construção que podem ser conscientes ou inconscientes. Assim, quando se trata de uma memória herdada, é possível inferir um processo de ligação fenomenológica entre ela e o sentimento de identidade. Recorrendo à literatura da psicologia social e da psicanálise, Pollak enfatiza a relação entre a memória e a construção da identidade, ressaltando que se trata de um elemento constituinte do sentimento de identidade individual e coletivo, sendo um fator de extrema importância para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa (ou de um grupo) para sua própria reconstrução. No texto “Memória, Esquecimento, Silêncio” (1989), ele ainda comenta que a memória é a operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, o que se integra nas tentativas de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. Para isso, a referência ao passado acontece para se manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, por isso, a memória possui também o sentido da identidade individual e do grupo.

Por sua vez, Pomian (2000), ressalta que a memória é a faculdade de conservar os vestígios daquilo que, em si, já pertence a uma época passada. Sendo assim, trata-se de um estado do sistema nervoso, provocado pelas relações entre o ser humano e os diversos seres, objetos ou acontecimentos com os quais tem contato, e que subsiste ainda quando o elemento que o originou já desapareceu há algum tempo (quer este período seja longo ou não). Assim, ela permite que o ser humano volte no tempo (momentaneamente), mantendo-se no presente enquanto se relaciona com o passado, condição que possibilita recuperar/compreender aquele tempo vivido, por meio de recordações, imagens e relíquias.

Uma noção de Identidade

Sobre as questões de identidade, Pollak (1992) comenta que o processo de memória possui uma ligação fenomenológica estreita com o sentimento de identidade. A partir dela, ao longo da vida a pessoa passa a formar a imagem sobre si mesma, uma imagem que constrói, se apresenta e é percebida pelos outros.

Nessa construção da identidade – e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise – há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam

um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p.5).

Por isso, pelo fato de assimilar identidade social à imagem de si, ele fala que nenhuma pessoa pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. Diante da qual, a construção da identidade trata-se de um fenômeno que se produz em referência aos outros, a partir dos processos de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade que se fazem através de negociação direta com os outros.

Dentre diversas conceituações embasadas no pensamento psicanalítico, Hall (1992) aborda que a identidade é formada ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, de modo que sempre existe algo imaginário ou fantasiado sobre a sua unidade. Sendo assim, segundo o autor, a identidade surge diante de uma falta de inteireza que é preenchida de acordo com o nosso exterior, tendo em vista a forma como nós imaginamos sermos vistos pelos outros.

Ainda sobre a ótica da teoria psicanalítica, Leitão (2014) destaca que o conceito de identificação possui como ideia fundamental a noção de imprescindibilidade do outro na constituição psíquica do sujeito humano. De acordo com a autora, é pela experiência de existir que o ser humano tem a oportunidade de se tornar sujeito, assim, diante ao processo de identificação, os eventos psíquicos que acabam transformando um indivíduo em sujeito se mostram fundamentais, sendo a presença do outro um fator imprescindível. De fato, sem o outro, o ser humano não é capaz de vivenciar a experiência de se tornar sujeito, e o que interessa ao sujeito é ser e não parecer, sendo assim, o outro não desempenha apenas o papel de modelo e de espelho, ele acaba por mostrar ao sujeito quem ele é, o que possibilita que o sujeito reconheça a si mesmo como tal. Diante dessa condição, é dito que quem se identifica, acaba se apropriando, de um modo inconsciente, do traço do outro a partir do desejo de se tornar sujeito tanto quando o outro é e não sujeito como é o outro.

3 HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ

O município de Cuiabá foi fundado em 8 de abril de 1719. Seu território foi descoberto por meio das expedições dos bandeirantes advindos de São Paulo nos anos de 1673 e 1682, que vieram em busca de metais preciosos e mão de obra indígena. A região foi elevada à categoria de vila no início de 1727 com a vinda de um representante do Reino de Portugal, passando-se a ser chamada de Vila Real Bom Jesus de Cuiabá, sendo posteriormente, no ano de 1748, criada a Capitania de Cuiabá, período no qual se concederam isenções e privilégios a Coroa Portuguesa que por ali quisessem se instalar. Foi elevada à categoria de cidade no dia 17 de setembro de 1818, tornando-se capital da província de Mato Grosso em 1835. O local possui as características das edificações bem como o traçado urbano dessas épocas, que estão presentes no centro histórico da cidade, sendo ele um local que guarda grande parte do patrimônio construído que ainda existem dos séculos XVIII, XIX e XX, onde se mantém o traçado urbano colonial e localiza-se a história do surgimento da cidade, sendo uma região de grande expressão cultural do município.

A cidade teve seu traçado urbano, em um processo de espacialização iniciado no período na qual a Coroa Portuguesa chegou ao local, e ao longo dos anos, passou por mudanças significativas, como ampliação do traçado urbano, instalação de postes de iluminação, instalação da rede de energia elétrica, abastecimento de água encanada, mudanças arquitetônicas nas edificações, etc. Esses processos são naturais e decorrentes das mudanças que vão acontecendo no decorrer evolutivo das cidades, sendo assim é comum detectar configurações distintas do nosso passado, que se fazem presentes no patrimônio arquitetônico da cidade atual.

Antes de ser tombado, o centro histórico de Cuiabá bem como de seu entorno sofreu algumas mudanças invasivas, que mexeram muito com a concepção da imagem e do imaginário da sua população e a sua relação com a cidade, pois essas mudanças causaram uma descaracterização dessa área, que interferiu na identidade de seus moradores. Em relação aos processos de imagem e imaginário, Silva (2005) esclarece que

Imagem e imaginário urbanos são manifestações de dupla mão, ambos se referem à cidade como espaço físico e construído e como lugar que se individualiza naquele espaço. Nas duas situações, a cidade é cenário e atriz de uma relação social que contracenam com o homem, usuário ou cidadão urbano; assim sendo, imagem e imaginário correspondem à capacidade cognitiva do homem de produzir informação em todas as suas relações sociais (Silva, 2005, p. 118).

Diante dessa conceituação, pode-se dizer que a imagem é um dado que corresponde a uma concreta intervenção construída na cidade e o imaginário trata-se de um processo que acumula imagens estimuladas por um elemento sendo ele construído ou não, que se identifica com o meio e o cotidiano urbano, sendo assim, as ações realizadas nos núcleos urbanos do passado interferem nas percepções da imagem e do imaginário de uma sociedade no seu presente como também no seu futuro, pois dependendo das ações pode-se perder valores e referências, bem como também pode alterar a identidade urbana de uma cidade. Por isso, constata-se aqui que, embora seja natural o percurso de mudanças das cidades, é importante que no processo de evolução se considere os princípios que vão ao encontro da política da preservação e conservação patrimoniais, independentemente dos estilos urbanos e culturais que foram aparecendo ao longo dos anos, pois é importante para a psiquê da população se ter e se reconhecer no meio onde habita, sendo este local uma referência e uma fonte de diálogo entre o seu passado e presente, bem como um meio de ter um equilíbrio com o seu futuro.

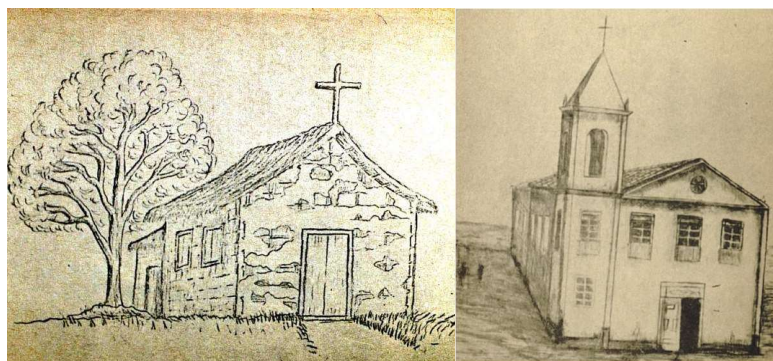
De uma forma geral e em nível nacional, no período modernista aconteceram muitas transformações no patrimônio edificado das cidades brasileiras, pois muitas edificações antigas foram demolidas e substituídas por outras mais modernas, consideradas símbolo de progresso, em oposição a um passado entendido como a representação de retrocesso. Em Cuiabá isso não foi diferente, pois muitas edificações foram demolidas para dar lugar a edifícios símbolos da modernidade. Entre as principais transformações pelas quais o centro histórico da cidade passou, destaca-se a demolição da antiga Igreja Matriz para a implantação da nova Catedral Metropolitana, de características modernas, que simbolizou o progresso do município.

A Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá, também conhecida como Igreja da Matriz e como Catedral, foi erguida no ano de 1722 em pau-a-pique e cobertura de palha, já em meados de 1739 o Padre João Caetano ressaltando a necessidade de uma igreja mais condizente com a prosperidade do lugar, construiu outra que ficava no mesmo lugar da antiga, só que feita de taipa socada. Já no ano de 1771, o frei José da Conceição Passos d'Arcos ergueu a primeira torre da igreja em forma de pirâmide, que foi conservada até 1868 quando sofreu outra alteração na sua fachada e na torre pelas mãos do arquiteto italiano Tortoroli.

Novas mudanças ocorreram em 1920, quando foi acrescentada outra torre e fizeram significativas mudanças na sua fachada. No entanto, a maior intervenção aconteceu em 1968, quando a igreja foi totalmente demolida e substituída por uma nova edificação, de arquitetura totalmente diferente das anteriores. Essa foi, e é, considerada uma das maiores perdas para o patrimônio cultural tanto para a cidade, quanto para o estado de Mato Grosso. A nova igreja foi inaugurada em 1973 e mantém-se a mesma até os dias de hoje - um pouco destas transformações são sintetizadas pelas imagens a seguir (Figuras 1 a 8).

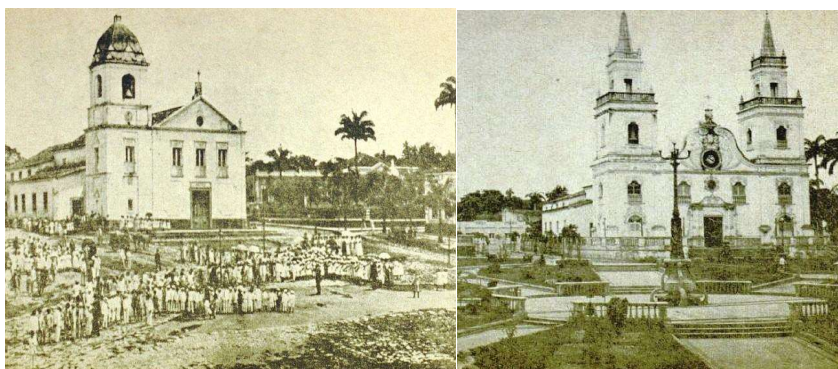
A demolição da igreja gerou grande comoção na cidade, pois a relação da edificação ia muito além da religiosa. Era uma relação de afeto, pois a igreja fazia parte das memórias locais dos seus habitantes, era parte da representação da identidade dos seus habitantes, sendo assim sua demolição tornou-se um ato de violência contra a identidade cultural da sua população.

Figuras 1 e 2: Desenhos representando a Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá no período colonial e imperial, respectivamente.



Fonte: Publicada no livro Igrejas e Sobrados de Cuiabá (Mendonça, 1978).

Figuras 3 e 4: Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá em 1914 e 1940, respectivamente.



Fonte: Publicada no livro Igrejas e Sobrados de Cuiabá (Mendonça, 1978).

Figura 5 e 6: Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nos anos de 1960 e quando foi demolida, respectivamente.



Fonte: Instagram @cuiabaantiga, 2025
(Disponível em <https://www.instagram.com/cuiabaantiga/> . Acesso em: janeiro, 2025).

Figuras 7 e 8: Vista da atual Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá.



Fonte: Da autora, 2025.

Na época havia um grupo de pessoas que entendiam não ser preciso demolir as construções antigas para se atingir o progresso e a evolução da cidade, e que era importante a preservação dessas edificações para a construção da identidade cultural local, sendo assim, o passado poderia conviver em perfeita harmonia com o presente e o futuro. Em meados de 1987 o centro histórico do município foi tombado, por meio de um documento provisório, sendo o seu processo aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no ano de 1988 e sua homologação feita em 1992, passando a atuação no sentido de preservação do centro histórico para o Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN). O tombamento da área garante, por lei, a preservação dos valores históricos e culturais do centro. A região em questão possui uma área de 13,1 hectares e circunda aproximadamente 400 edificações, o que preserva o patrimônio construído estabelecidos nos séculos XVIII, XIX e XX, mantendo a integridade do traçado urbano da época de origem da cidade. Como medidas regulamentar, se estabeleceram normas para o conjunto arquitetônico e urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá, foi elaborada a Instrução Normativa do Centro Histórico de Cuiabá, que, em seu art. 2º indica que:

A preservação do CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE CUIABÁ e do seu Entorno, será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade, presentes nos elementos constitutivos – implantação do terreno, arruamento, correr de edifícios alinhados à rua, sistemas e materiais construtivos – próprios da região durante os séculos dezoito e dezenove, aos quais se associaram elementos formais arquitetônicos do século vinte, sem, contudo, destruir a substância anterior. A constituição deste conjunto contém elementos incidentais geomorfológicos, da natureza pré-existente, com elementos intencionais da edificação urbana pela mão do homem, formando assim o conjunto da preservação física (Cuiabá, 2010, p.10).

No presente documento estão dispostas várias diretrizes e normas sobre a área, bem como a de que qualquer alteração realizada neste núcleo deva ser aprovada pela prefeitura do município e pelo IPHAN, sendo elas analisadas a partir dessa legislação, que visa à preservação do centro histórico da cidade, como meio de garantir valores históricos e culturais da região, como sendo um instrumento que prioriza a preservação da memória do município.

Embora se tenha uma legislação que vise à preservação e conservação dessa área, como forma de garantir os valores históricos e culturais da região, bem como a preservação da memória, o que se vê nos dias de hoje é uma área que caminha pelo lado contrário da qual se asseguram as normativas. Muito do que se vê hoje vem desde o início do processo de tombamento da área, embora visem assegurar a preservação e conservação do local como um todo, o que se observa é que desde o primórdio até hoje grande parte da população ainda não entendeu o real significado do tombamento como sendo ele meio de preservação patrimonial. Além disso, são vários os fatores que foram se somando ao longo dos anos que contribuíram para a realidade atual da região. De início, sabe-se que

embora o núcleo urbano seja tombado, algumas edificações da área foram tombadas, sendo elas escolhidas a dedo, onde a grande maioria era pertencente a classes sociais mais altas, pode-se dizer que houve nesse processo um caráter elitista. Outro fator é de que se implantou um conceito equivocado para grande parte da população, de que o tombamento é um ato totalmente restritivo e conservadorista, o que se sabe que vai totalmente contra os princípios e os objetivos do ato em si, sendo assim, o que se observa é que diante essa região há uma convergência na questão quando em respeito a aplicabilidade do ato.

Dentre outros motivos, esse fato acaba por ser uma das causas para que algumas partes centro histórico de Cuiabá atualmente se encontrem descaracterizadas. Grande parte da área apresenta estado de abandono: poucas são as edificações que estão conservadas e preservadas, sendo observado um aumento significativo de imóveis fechados que vão se deteriorando com o passar dos anos - não ocasionalmente constata-se desabamentos dessas edificações. Ao longo dos anos, tal situação acaba por contribuir para que parte da população não se identifique com o local, cada vez mais enxergando a área como uma região obsoleta.

4 CONCLUSÃO

Partindo da pesquisa bibliográfica, o presente artigo buscou possibilitar aos leitores a compreensão de conceitos referentes à História, Patrimônio, Memória e Identidade. Como se tratam de termos muito complexos e que possuem uma vasta interpretação no universo teórico, teve-se como propósito realizar uma coleta pontual, no que diz respeito à conceituação e compreensão dos termos por parte de alguns teóricos expostos ao longo do texto.

Diante da revisão teórica sobre os termos, ficou evidente ao longo do texto que tais temáticas possuem uma relação intrínseca entre si, tendo uma ligação que afeta diretamente nas questões da sociedade, tanto para o lado coletivo quanto para o lado do individual do ser. Isso pois, se observou que a história, como uma ciência, possui uma relação com a distinção entre o passado, presente e o futuro, que é considerada como prática social um elemento essencial para as questões de identidade individual e coletiva. O patrimônio, pode-se dizer, trata-se de um portador de tempo e de vivências, que identifica e faz representar a identidade de um determinado grupo, que envolve a relação entre o sujeito e o lugar, relacionando-se assim com o processo de memória dos indivíduos. A memória como um processo de representação e de uma narrativa, trata-se de um elemento que constitui a partir do sentimento de identidade individual e do coletivo, como forma de definir e se reforçar o sentimento de pertencimento sobre algo. Já a identidade, possui uma ligação estreita com o processo de memória, trata-se da imagem que a pessoa tem sobre si mesma e se apresenta diante dos outros, algo que se forma ao longo dos anos.

Como meio de relacionar a conceituação dos termos, sobre o olhar de um objeto empírico, em seu final o texto fala sobre o centro histórico do município de Cuiabá, a fim de identificar a relação de história, memória e identidade que a sua população possui com relação a essa área. A escolha desse objeto se deu, pois a autora é uma cuiabana “de pé rachado”, como são intitulados as pessoas nascidas e criadas em Cuiabá.

Sobre a área em questão, de uma forma resumida foram apresentados apontamentos sobre sua origem e evolução. A região possui grande parte do patrimônio construído originário dos séculos XVIII, XIX e XX, onde se mantém o seu traçado urbano colonial e que reflete a expressão cultural do município. Entretanto, ao longo dos anos, o processo evolutivo da cidade fez com que modificações acontecessem na região; em um certo período as mudanças aconteceram de forma invasiva, de forma a descaracterizar parte da área. Dentre as várias transformações acontecidas, este texto abordou, especificamente, a transformação de maior expressão na cidade: a demolição da antiga igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Como meio a garantir a proteção da área, que possui um grande valor histórico, cultural e arquitetônico para o município e seus habitantes, o local foi tombado em 1992, sendo assim surgem diretrizes e normativas que asseguram a sua preservação. No entanto, embora a área seja tombada e existem leis que garantam a sua preservação e conservação, o que se vê atualmente é um completo descaso e abandono no local, muitas edificações da região se encontram subutilizadas ou em desuso, o que diz muito sobre o seu estado precário de conservação, que acaba contribuindo também para a falta de

identificação por parte da população para com essa região. Por isso, conclui-se que mesmo a área sendo uma região tombada e que possua um grande valor cultural para a cidade e sua população, valores esses que podemos dizer que possuem uma extrema importância para a história, para o patrimônio, memória e identidade de seus habitantes tanto em seu passado, quanto no seu presente e para sua visão também de futuro, há um conflito existente nessa região, pelo fato de parte dessa população não se identificar com a área, em um sentido de pertencer, o que se entende aqui como sendo algo prejudicial tanto para o indivíduo, em um dizer coletivo quanto individual, pelo fato de afetar nas questões das terminologias acima expostas ao longo do texto.

Reconhece-se também, que grande parte da falta de identificação por parte da população, se deve muito pelo estado atual pela qual a área se encontra, devido ao descaso do poder público. Possivelmente essa situação só será resolvida quando o poder público entender que o descaso para com a região, afeta não somente os meios de representações físicas quanto subjetivas, em sentido do ser e do pertencer de sua população para com o local.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de jun. 2023.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Lisboa: Editora Forense Universitária, 1982.
- CHOAY, F. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- CHOAY, F. **O Patrimônio em Questão**: Antologia para um combate. Porto, Portugal: Fino Traço, 2011.
- CONTE, C.; FREIRE, M. **Centro Histórico de Cuiabá Patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- CUIABÁ. **Patrimônio Histórico de Cuiabá**. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá, 2010.
- FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: Discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, V.10, n.3, p. 79-88, 5 ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967>. Acesso em: 20 de jun. 2023.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LEITÃO, L. **Onde coisas e homens se encontram**: Cidade, Arquitetura e Subjetividade. São Paulo: Annablume, 2014.
- MENDONÇA, R. **Igrejas e sobrados de Cuiabá**. (Programa: Cadernos Cuiabanos). Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá, 1978.
- NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. (Tradução autorizada pelo Editor). In: NORA, P. **Les lieux de mémoire**: Paris: Editions Gallimard, 1984.
- PEDROLLO, J. **Patrimônio Histórico de Cuiabá**. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá / Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, p.29, 2010.
- POLLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, vol.3, n.3, p. 3-15. Rio de Janeiro, 1989.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n.10, p. 200-2012. Rio de Janeiro, 1992.
- POMIAN, K. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**, V.42 (Sistemática). Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2000, p.507-516.
- SANTOS, N.M.W. Memória como narrativas do sensível: entre subjetividade e sensibilidade. In: GRAEBIN, C.M.G.; SANTOS, N.M.W. (Orgs.). **Memória Social**: questão teóricas e metodológicas. Canoas: UniLaSalle, 2013.
- SILVA, A. **Imagínarios urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade da autora.